

Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro da Comarca de Guarujá - SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO DE BEM MÓVEL é de intimação do executado **ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS PENSIONISTAS E SERVIDORES PUBLICOS ASBP**. O **Dr. Alexandre das Neves**, MM. Juiz de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro da Comarca de Guarujá – SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão de bens móveis, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do Cumprimento de sentença - **Processo nº 0010364-17.2018.8.26.0223** - em que **CARLOS HEITOR DA FONSECA** move em face do referido executado – e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DAS PRAÇAS: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal **www.LanceJudicial.com.br**, o **1º Leilão** terá início no dia **09/11/2021 às 00h**, e terá **encerramento no dia 12/11/2021 às 13h e 25min**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, ao **2º Leilão**, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **08/12/2021 às 13h e 25min (ambas em horário de Brasília)**, sendo vendidos os bens pelo maior lance ofertado, desde que acima de **60% do valor da avaliação**.

CONDIÇÕES DE VENDA: Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: A praça será conduzida pelos leiloeiros **FELIPE DOMINGOS PERIGO**, JUCESP n 919, leiloeiro, pelo sistema de leilões **LANCE JUDICIAL** www.lancejudicial.com.br – LANCE ALIENAÇÕES VIRTUAIS LTDA. (todos, devidamente habilitados pelo TJ/SP).

DO LOCAL DO BEM: R. Bento Freitas, 362 – República - São Paulo - SP, 01220-000. Fiel depositário o próprio executado nos autos.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no **artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional** (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. **No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço**).

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preço a título de comissão a LANCE JUDICIAL, no prazo de 24 horas após o encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e do Gestor, ambas emitidas e enviadas por e-mail pelo Gestor. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial.

DO PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro, cujo endereço segue: contato@lancejudicial.com.br: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, **oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta

de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado. Para retirar o bem arrematado, o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o *caput* do artigo 335, do Código Penal.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital em epígrafe, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento das despesas de remoção, guarda e conservação dos bens, devidamente documentadas nos autos, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, sem prejuízo da demais despesas pelo trabalho da Gestora/Leiloeiro devidamente comprovada, incluindo ainda, honorários devidos a Gestora/ Leiloeiro, se assim entender o M.M. Juízo Comitente para tal fixação. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levando a praça caso não sejam recolhidos os valores, contudo, se assim determinar o M.M. Juízo Comitente.

PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903, CPC/15).

RELAÇÃO DOS BENS:

a) 19 (dezenove) cadeiras de escritório simples, sem rodízio. **Avaliada (cada) em: R\$ 100,00 (cem reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Cadeiras de escritório simples.

b) 8 (oito) poltronas. **Avaliada (cada) em: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Poltronas.

c) 01 (um) computador marca Lenovo, modelo Machine Type 10051, com hd 500 GB, memória RAM 2 GB, processador Pentium E5800 e monitor LCD de 20 polegadas. **Avaliado em: R\$ 1.000,00 (hum mil reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Computador marca Lenovo, modelo Machine Type 10051, com hd 500 GB, memória RAM 2 GB, processador Pentium E5800 e monitor LCD de 20 polegadas.

d) 2 (duas) mesas de escritório com duas gavetas. **Avaliada (cada) em: R\$ 200,00 (duzentos reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Mesa de escritório com duas gavetas.

e) 01 (um) arquivo de aço com 4 gavetas. **Avaliada em: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Arquivo de aço com 4 gavetas.

f) 01 (um) gaveteiro em madeira com 3 gavetas. **Avaliada em: R\$120,00 (cento e vinte reais)**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Gaveteiro em madeira com 3 gavetas.

h) 01 (um) gabinete com duas portas e chave. **Avaliada em: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Gabinete com duas portas e chave.

i) 01 (uma) cadeira lavatório de cabeleireiro preta. **Avaliada em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Cadeira lavatório de cabeleireiro preta.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS: R\$ 5.520,00 (cinco mil e duzentos e vinte reais) para ago/19.

ÔNUS: Não foram indicados ônus no auto de Penhora e avaliação expedido nestes autos.

Presumem-se intimados as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o **Art. 274, § único, do CPC**. Nos termos do **Art. 889, § único, CPC** (s) executado(s) terá(ão) ciência do dia, hora e meio de realização dos leilões, através dos correios ou por Oficial de Justiça ou por meio deste presente EDITAL. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume. Guarujá, 31 de agosto de 2021.

Dr. Alexandre das Neves

MM. Juiz de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro da Comarca de Guarujá – SP